



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO  
UNIDADE ACADÊMICA DE GESTÃO PÚBLICA  
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

**JEFFERSON RIBEIRO LEITE DE MELO**

**DIAGNÓSTICO DO SISTEMA CARCERÁRIO NO BRASIL E NA PARAÍBA E  
SUA (COR)RELAÇÃO COM A VIOLÊNCIA HOMICIDA**

**SUMÉ – PB  
2019**

**JEFFERSON RIBEIRO LEITE DE MELO**

**DIAGNÓSTICO DO SISTEMA CARCERÁRIO NO BRASIL E NA PARAÍBA E  
SUA (COR)RELAÇÃO COM A VIOLÊNCIA HOMICIDA**

**Artigo científico apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da Unidade Acadêmica de Gestão Pública do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.**

**Orientador: Prof. Dr. José Maria Pereira da Nóbrega Júnior.**

**SUMÉ – PB  
2019**

M528d Melo, Jefferson Ribeiro Leite de.

Diagnóstico do sistema carcerário no Brasil e na Paraíba e sua (cor)relação com a violência homicida. / Jefferson Ribeiro Leite de Melo. - Sumé - PB: [s.n], 2019.

26 f.

Orientador: Professor Dr. José Maria Pereira da Nóbrega Júnior.

Artigo Científico - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

1. Sistema Carcerário. 2. Segurança pública. 3. Violência homicida. 4. Prisões. 5. Políticas públicas de segurança I. Título.

CDU: 343.2(045)

**Elaboração da Ficha Catalográfica:**

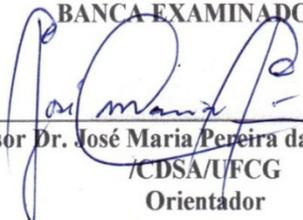
Johnny Rodrigues Barbosa  
Bibliotecário-Documentalista  
CRB-15/626

**JEFFERSON RIBEIRO LEITE DE MELO**

**DIAGNÓSTICO DO SISTEMA CARCERÁRIO NO BRASIL E NA PARAÍBA E  
SUA (COR)RELAÇÃO COM A VIOLÊNCIA HOMICIDA**

Artigo científico apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da Unidade Acadêmica de Gestão Pública do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

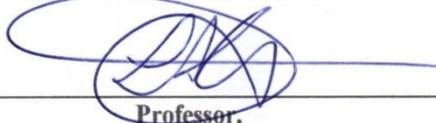
BANCA EXAMINADORA:



Professor Dr. José Maria Pereira da Nóbrega Júnior  
/CDSA/UFCG  
Orientador



Professor  
/CDSA/UFCG  
Allan Gustavo Freire da Silva



Professor.  
UFCG  
Luiz Antonio Coêlho da Silva

Aprovado em Sumé – PB, 09 de Julho de 2019.

## RESUMO

A população carcerária do Brasil obteve um incremento significativo em comparação ao registrado na década de 1990, alcançando uma marca histórica de 726,712 mil encarcerados em 2016. Em especial na Paraíba o aumento foi de 1.897 no período de 2009 a 2014, não obstante, os números de homicídios também obtiveram crescimento, obtendo uma variação percentual de cerca de 23% no mesmo período. Nesta conjuntura, o trabalho teve o objetivo de Diagnosticar o sistema carcerário no Brasil e na Paraíba e analisar o nível de relação/correlação entre as prisões totais (variável independente) e os homicídios (variável dependente) – mortes por agressão – perpetrados na Paraíba entre o período de 2009 a 2014. Para tanto, utilizou-se neste trabalho, dados em séries temporais com cruzamento de dados. O método utilizado neste trabalho foi o Coeficiente de Correlação de Pearson. Este coeficiente mede o nível de correlação entre duas variáveis, variando entre +1 e - 1. O resultado demonstrou uma baixa correlação estatística entre as variáveis prisões e homicídios, com sinal positivo na correlação de 2,231, indicando para um relação baixa, onde mais prisões, resulta em mais homicídios. Ou seja, que a política “prisões” não está sendo bem-sucedida com relação à redução dos homicídios no estado.

**Palavras Chaves:** Políticas Públicas. Sistema Carcerário. Homicídios, Prisões.

## ABSTRACT

Brazil's prison population increased significantly compared to the 1990's, reaching a historical record of 726,712 inmates in 2016. Especially in Paraíba, the increase was 1,897 in the period from 2009 to 2014, however, the numbers of homicides also increased, obtaining a percentage variation of about 23% in the same period. At this juncture, the objective of the study was to diagnose the prison system in Brazil and Paraíba and analyze the level of relationship/correlation between total prisons (independent variable) and homicides (dependent variable) - deaths from aggression - perpetrated in Paraíba between the period from 2009 to 2014. For this purpose, data in time series with data crossing was used in this study. The method used in this study was Pearson's Correlation Coefficient. This coefficient measures the level of correlation between two variables, varying between +1 and - 1. The result showed a low statistical correlation between the variables prisons and homicides, with a positive sign in the correlation of 2.231, indicating for a low relationship, where more prisons result in more homicides. That is, that the "prisons" policy is not being successful with respect to the reduction of homicides in the state.

**Key Words:** Public Policy, Prison System, Homicides, Prisons.

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Dados do sistema prisional brasileiro por Unidade da Federação e Sistema Penitenciário Federal referente a junho de 2016.....	17
QUADRO 2 – Total de homicídios em números absolutos – Prisões Totais – Correlação dos homicídios com o número de prisões totais.....	24

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Evolução da população carcerária do Brasil entre 1990 e 2016.....	15
GRÁFICO 2 – Evolução da taxa de aprisionamento no Brasil entre 2000 e 2016.....	16
GRÁFICO 3 – Faixa etária da população prisional do Brasil em 2016.....	18
GRÁFICO 4 – Escolaridade da população prisional do Brasil em 2016.....	19
GRÁFICO 5 – Distribuição por gênero dos crimes tentados/consumados entre os registros das pessoas privadas de liberdade, por tipo penal em 2016.....	20
GRÁFICO 6 – Evolução da população prisional da Paraíba entre 2009 e 2014.....	21
GRÁFICO 7 – Taxas homicídios na Paraíba entre 2009 e 2014.....	22
GRÁFICO 8 – Números absolutos de homicídios na Paraíba entre 2009 e 2014.....	23

## LISTA DE SIGLAS

CID	Classificação Internacional de Doenças
DATASUS	Departamento de informática do Sistema Único de Saúde do Brasil
DEPEN	Ministério da Justiça/Departamento Penitenciário Nacional
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INFOPEN	Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias
MS	Ministério da Saúde
OMS	Organização Mundial da Saúde
PPV	Pacto Pela Vida
SIM	Sistema de Informação de Mortalidade
SUS	Sistema único de saúde

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>9</b>
2.1	POLÍTICAS PÚBLICAS E SEGURANÇA PÚBLICA.....	9
2.1.1	Políticas públicas: definições e conceitos.....	9
2.1.2	Políticas públicas de segurança.....	11
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>13</b>
<b>4</b>	<b>DESCRIÇÃO DOS DADOS.....</b>	<b>15</b>
4.1	ANALISANDO OS DADOS PRISIONAIS DO BRASIL .....	15
4.1.2	Indicadores prisionais da Paraíba.....	21
4.2	INDICADORES DE VIOLÊNCIA NA PARAÍBA.....	22
<b>5</b>	<b>CORRELAÇÃO DOS HOMICÍDIOS COM AS PRISÕES TOTAIS DA PARAÍBA.....</b>	<b>23</b>
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>24</b>
	<b>REFERENCIAS.....</b>	<b>26</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O Brasil, em 2016, alcançou uma marca histórica de 726.712 mil pessoas privadas de liberdade de acordo com dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN), fazendo com que se tornasse o terceiro país com o maior contingente de encarcerados do mundo, ficando atrás apenas da China e Estado Unidos. As maiores taxas de aprisionamento foram registradas no Mato Grosso do Sul, Acre e Rondônia, com taxas superiores a 600 pessoas presas para cada grupo de 100 mil habitantes. Por outro lado, os estados da Bahia, Piauí e Maranhão detinham as menores taxas, com percentuais das taxas inferiores a 130 pessoas presas para cada grupo de 100 mil habitantes.

Na Paraíba em especial, o número de encarcerados correspondia a 8.524 em 2009, em 2016 esse número passou para 11.377, com taxas de aprisionamento equivalentes a 284,5 e uma taxa de ocupação correspondente a 217,1%, ou seja, verifica-se um aumento de 2,853 no contingente prisional. Não obstante, os números de homicídios (mortes por agressão) nesta região também seguiram nesta perspectiva de crescimento. Entre 2009 e 2014 houve um incremento de 288 homicídios, uma variação percentual próxima de 23%. Nesse cenário, qual a relação/correlação entre as prisões totais com relação aos números totais de homicídios perpetrados na Paraíba?

As causas da violência são múltiplas, podendo estar atreladas a fatores relacionados a desigualdades, pobreza, desemprego, densidade demográfica, entre outros, tendo explicações multivariadas (NÓBREGA, 2010). Neste sentido, para que se possa entender tal fenômeno, se faz necessário separar variáveis/indicadores que podem estar atrelados a violência e analisar com base em testes estatísticos robustos, as variáveis que podem impactar no fenômeno pesquisado.

Neste contexto, o trabalho tem por objetivo geral, diagnosticar o sistema carcerário no Brasil e na Paraíba e analisar o nível de relação/correlação entre as prisões totais (variável independente) e os homicídios (variável dependente) – mortes por agressão – perpetrados na Paraíba entre o período de 2009 a 2014. Os objetivos específicos elencados aqui para o alcance do objetivo geral serão: fazer revisão teórica sobre as políticas públicas de segurança, da violência, e da violência homicida no nordeste; analisar os indicadores prisionais do Brasil e da Paraíba; analisar os indicadores relacionados aos homicídios perpetrados na Paraíba entre 2009 a 2014; e por fim, correlacionar os indicadores prisionais com os de homicídios perpetrados na Paraíba entre 2009 a 2014.

Dessa forma, o artigo está dividido nesta seção introdutória, logo após, será apresentado uma pequena revisão teórica, expondo o estado da arte sobre os temas relacionados a Políticas Públicas, Segurança Pública e Violência no Brasil. Em seguida, será apresentada a metodologia utilizada na análise da pesquisa. Posteriormente, será feita a análise dos dados e utilização do modelo estatístico e demais correlações causais aqui empreendidas. Finalmente a conclusão, onde serão expostos os principais resultados alcançados neste trabalho.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Nesta seção, objetiva-se embasar teoricamente a pesquisa sobre o estado da arte da temática abordada no trabalho.

### **2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E SEGURANÇA PÚBLICA**

As políticas públicas dentro de um estado democrático de direito, visa à proteção dos direitos fundamentais dos cidadãos previstos na constituição federal. Surgem para suprir demandas da sociedade em uma dada área da administração com o intuito de minimizar e/ou solucionar problemas sociais. Neste sentido, as políticas públicas podem ser entendidas como o somatório de decisões ligadas aos interesses, planos, metas e ações governamentais visando assegurar determinados direitos da sociedade, sendo essas políticas voltadas para a resolução de problemas de interesse público.

Neste contexto, o tópico seguinte tem por objetivo abordar a temática envolvendo o campo de políticas públicas, explanando alguns conceitos e definições e como elas se dão na área da segurança pública.

#### **2.1.1 Políticas públicas: definições e conceitos**

As políticas públicas são ações do governo elaboradas em conjunto com os atores políticos no intento de dirimir e/ou solucionar problemas na sociedade, visando atender a demandas em áreas específicas da administração pública. Assim, o estado tem suas ações associadas às políticas públicas, e as ações do governo que surtiram efeitos objetivos na sociedade (LYNN apud SOUZA, 2006), sendo as demandas nas áreas vulneráveis da sociedade como prioridade para a implementação de uma política pública.

Desta forma, uma política pública pode ser entendida como uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público considerado coletivamente relevante, sendo a intencionalidade pública e a resposta a um determinado problema público, como elementos fundamentais da política pública (SECCHI, 2011). Ou seja, a política pública não pode ser elaborada para a

solução de um problema de interesse privado ou para um pequeno grupo de pessoas que não necessitam da política. A política pública deve ser direcionada para um problema público coletivamente relevante.

É importante ressaltar que as políticas públicas, em sua maioria, assumem um viés político, sendo formuladas a partir de conflitos de interesses e administrativo, sendo importante para a realização de melhorias na sociedade. Em outras palavras “Para serem “públicas”, é preciso considerar a quem se destinam os resultados ou benefícios, e se o seu processo de elaboração é submetido ao debate público”, (TEIXEIRA 2002, p. 2). Todos os atores envolvendo a sociedade e seus representantes precisam ter-vos na escolha de uma Política Pública, por ser a sociedade a principal beneficiada pela mesma.

As Políticas públicas são ações desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente associadas ao público ou privado das organizações, que busca acionar os mecanismos governamentais em prol do direito do cidadão, sendo ações externas amplamente a todos os grupos sociais, em benefício do bem comum (SOUSA, 2006). Pois, são direitos que o ser social tem assegurado mediante a constituição, garantindo a solução de problemas de interesse público.

Nesta conjuntura, as políticas públicas de modo geral “é tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões (AZEVEDO, 2003, p. 38)”. Deste modo, as políticas públicas são de competência do governo, com participação da sociedade na política pública, tendo em seu arcabouço nos tanto para a ação, como pra a solução de possíveis conflitos dos atores envolvidos.

De acordo com Sousa, as políticas públicas podem ser definidas como:

[...] o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (SOUZA, 2006, p. 26).

Neste contexto, as políticas públicas são formuladas pelos governos em prol dos cidadãos, passando por um ciclo até que a mesma seja colocada em prática, sendo este ciclo de acordo com Sousa (2006), constituído dos seguintes estágios: *definição de agenda*, escolha dos problemas que merecem maior atenção; *identificação de alternativas*, que será a avaliação e escolha das medidas que podem ser mais úteis e eficazes para solucionar o problema; *avaliação das opções selecionadas*; *seleção das opções*; *implementação da política*, quando é posto em pratica, e por fim, *avaliação da política pública*, que acontecerá após a

implementação da política, avaliando os resultados da política e quais os ajustes e alterações na política serão necessários.

Para que as políticas Públicas possam surtir efeito na sociedade de forma significativa é fundamental se atentar para todas as etapas da mesma, após a escolha das melhores estratégias e caminhos a serem percorridos para minimizar ou solucionar o problema, é essencial que todos os atores envolvidos sigam as estratégias e os caminhos dispostos e focados, a fim de alcançar o objetivo final.

Trata-se, pois, a política pública, de uma estratégia de ação, pensada, planejada e avaliada, guiada por uma racionalidade coletiva na qual tanto o Estado como a sociedade desempenham papéis ativos. Eis porque o estudo da política pública é também o estudo do Estado em ação (Meny e Toenig) nas suas permanentes relações de reciprocidade e antagonismo com a sociedade, a qual constitui o espaço privilegiado das classes sociais (Ianni) (PEREIRA, 2009, p. 96 apud CARVALHO, 2011, p. 61).

Nesta ótica, os resultados proporcionados as demandas da própria sociedade terão melhores resultados quanto ao objetivo da política, nas mais diversas áreas consideradas de relevante interesse, com a participação ativa da sociedade por intermédio de seus representantes.

### **2.1.2 Políticas Públicas de Segurança**

As políticas públicas de segurança são primordiais para a redução ou controle dos homicídios em qualquer sociedade democrática e quando bem planejadas e executadas, as mesmas apresentam resultados positivos significantes nos números criminais, contribuindo assim, para uma sociedade menos violenta.

A escolha de uma política específica para uma área como a segurança pública, depende de ações calculadas e planejadas, passando desde a análise dos agentes tomadores de decisão, identificação das alternativas, avaliação e seleção das opções selecionadas e, por fim, a implementação da política. Em suma, para a escolha e aplicação de políticas públicas:

Existem três indicadores que servem como termômetro para chamar a atenção dos tomadores de decisão na escolha e aplicação das políticas públicas: a. divulgação de indicadores que explanam a dimensão do problema; b. eventos, como desastres ou repetição constante do mesmo problema e c. informações, pela mídia e pela sociedade civil organizada, que mostram as falhas na política atual ou seus resultados pífios. (NÓBREGA JR, 2019, p.46).

No Brasil a violência homicida tem alcançado números alarmantes, de acordo com dados disponibilizados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), em 2016 o Brasil alcançou a marca histórica de 62.517 homicídios, segundo informações do Ministério da

Saúde (MS). Isso representa uma taxa de 30,3 mortes para cada grupo de 100 mil habitantes, uma taxa que equivale a uma das maiores do mundo. Esses dados apontam para uma baixa segurança, sendo um problema que tem se tornado tema constante na mídia e pela a sociedade, que engloba os indicadores citados acima para a aplicação de políticas públicas.

A violência no Brasil não é recente, entre o período de 2000 a 2010, foram registrados cerca de meio milhão de mortes por agressão, tendo o sudeste como a região mais atingida pela violência no período e, em 2010, o Brasil representou o equivalente a 10% dos assassinatos no mundo, o nordeste por sua vez, a partir de 2006, começou a ter maior destaque no mapa homicida no país, obtendo um incremento de 54% entre 2006 e 2016 (NÓBREGA, 2019).

Não obstante, os dados prisionais do Brasil também obtiveram um incremento significativo, segundo dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN) entre o período de 2006 e 2016 a população prisional do Brasil teve um aumento de aproximadamente 500 mil pessoas privadas de liberdade, o que demonstra de certa maneira uma contradição do que se esperaria com relação aos homicídios.

De acordo com Nóbrega (2019), o nordeste foi à região mais violenta em taxas de homicídios e em números absolutos entre todas as regiões em 2011, agregando um total de 19.390 homicídios (mortes por agressão) e uma taxa equivalente a 36,2 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes.

Alguns trabalhos já abordaram esse tema, demonstrando que prisões desordenadas, sem ações planejadas e atribuições bem definidas entre todas as instituições e a atores envolvidos, não seria um fator determinante para a redução dos homicídios (KHAN; ZANETIC, 2009; NÓBREGA, 2019). É imprescindível que as ações com o intuito de reduzir os números de homicídios sejam focadas em decisões estrategicamente planejadas e assim como abordado por Cerqueira (2004), que tratou sobre o tema sobre varias perspectivas, evidenciou que trata-se de um fenômeno complexo e multifacetado, apresentando algumas regularidades estatísticas que variam de acordo com as regiões e a dinâmica criminal, em particular.

No Brasil, a principal instituição que tem por atribuições assegurar a segurança dos cidadãos é a polícia, sendo esta dotada do poder coercitivo e suas atribuições divididas entre a polícia militar e polícia civil. Deste modo, as policias no Brasil se encontram “[...] divididas em dois ciclos: um investigativo/judiciário, outro ostensivo” (NÓBREGA, 2011, p. 17). Não obstante, os tomadores de decisão das políticas públicas vêm se tornando de extrema importância para a redução da criminalidade, da violência e da violência homicida, que

atuando conjuntamente com o governo, polícia militar e civil, tem contribuído para redução da violência em alguns estados do Brasil.

Nessa conjuntura podemos citar o Plano Estadual de Segurança Pública, conhecido como o Pacto Pela Vida (PPV) como uma política pública implementada em Pernambuco que teve grande impacto no que se refere à redução dos homicídios. Esta política teve início em 2007, com o intuito tanto de prevenir como de reduzir a violência e a criminalidade em Pernambuco, tendo o objetivo de reduzir em 12% ao ano o número de homicídios. De acordo com Nóbrega (2019), foi após a implementação do PPV, que se constatou entre o período de 2008 a 2012, uma redução de mais de mil assassinatos por ano.

O estado de Pernambuco após a implementação do PPV, reduziu os números absolutos de homicídios entre o período de 2008 a 2012 de 4.345 para 3.326, respectivamente, uma variação percentual negativo de -25,16%, demonstrando de certa maneira, que as políticas públicas foram de suma importância para a redução dos homicídios em Pernambuco, visto que todos os outros estados do nordeste no período entre 2008 a 2012 tiveram crescimento nos números de homicídios, sendo Pernambuco o único a ter apresentado redução nos indicadores homicidas na série analisada (NÓBREGA, 2019).

O PPV foi uma política específica na área de segurança pública de suma importância para a redução dos homicídios no estado, implementada em 2007, conseguiu reduzir em 2013, significativamente os números de homicídios.

Neste cenário, é possível perceber que políticas públicas em segurança quando implementadas com afinco, com estratégias elaboradas a partir de análises minuciosas sobre o problema existente em uma dada sociedade, podem surtir efeito positivo no controle ou redução da violência.

### **3 METODOLOGIA**

O método científico é à base de todas as ciências, assim o método “é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo, conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista” (LAKATOS, 2003, p. 83). Desta forma, o método científico possibilita de maneira organizada e racional, a escolha de variáveis que permitiram respostas plausíveis em relação a determinado problema/estudo.

Neste sentido, aplicou-se nessa pesquisa análise bibliográfica com o uso do método quantitativo/descritivo para o embasamento das análises propostas no trabalho.

Os anos analisados para o teste da hipótese elencada no trabalho será correspondente aos anos entre 2009 e 2014. As principais fontes de coleta de dados utilizados na pesquisa são do Ministério da Justiça/Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN); Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN); e o SIM/SUS (Sistema de Informação de Mortalidade do DATASUS – Sistema de Dados do Sistema Único de Saúde).

Nestes bancos, foram retirados os dados referentes à população prisional do Brasil e da Paraíba e, os indicadores de “mortes por agressão”, classificados em (CID 10 entre X85-Y09), que abrange os homicídios dolosos, latrocínios e lesão seguida de morte, ocasionadas por causas externas onde o indivíduo foi vitimado de forma intencional.

O modelo estatístico a ser utilizado na pesquisa será o coeficiente de correlação de Pearson (ou bivariada simples). O modelo de Correlação de Pearson mede o grau de correlação e direção da correlação – se é positiva ou negativa – entre duas variáveis  $X$  e  $Y$ .

As variáveis a serem testadas na correlação serão os números totais de homicídios – morte por agressão – perpetrados na Paraíba (variável dependente) e os números de prisões totais da Paraíba (variável independente) em séries temporais em suas matrizes de 2009 a 2014. A matriz da variável independente das prisões totais será correlacionada com a matriz da variável dependente de homicídios totais.

O coeficiente de correlação de Pearson é definido matematicamente como:

$$r = \frac{\sum_i (x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y})}{\sqrt{\sum_i (x_i - \bar{x})^2 \sum_i (y_i - \bar{y})^2}}$$

Sejam  $x_1, x_2, \dots, x_n$  os valores de um conjunto de medidas em indivíduos  $i=1, \dots, n$ .

Sejam  $y_1, y_2, \dots, y_n$  as outras medidas correspondentes.

O coeficiente de correlação indica a relação entre duas variáveis lineares e os resultados obtidos da correlação assumem apenas valores entre -1 e 1. O sinal indica a direção, se a correlação é positiva ou negativa, e o tamanho da variável indica a força da correlação, onde:  $r=1$ , indica uma correlação positiva perfeita;  $r=-1$ , indica uma correlação negativa perfeita;  $r=0$ , significa uma correlação nula, ou seja, as duas variáveis não dependem linearmente uma da outra. Correlações entre 0,03 e 0,35 são consideradas fracas, o mesmo ocorrendo com as negativas (menor que zero). Para que haja significância na correlação entre variáveis, o  $R$  deve ser maior que 0,35.

Inicialmente os dados foram trabalhados em suas descrições para posteriormente ser feito inferências causais utilizando o coeficiente de correlação de Pearson, por meio da ferramenta Excel.

## 4 DESCRIÇÃO DOS DADOS

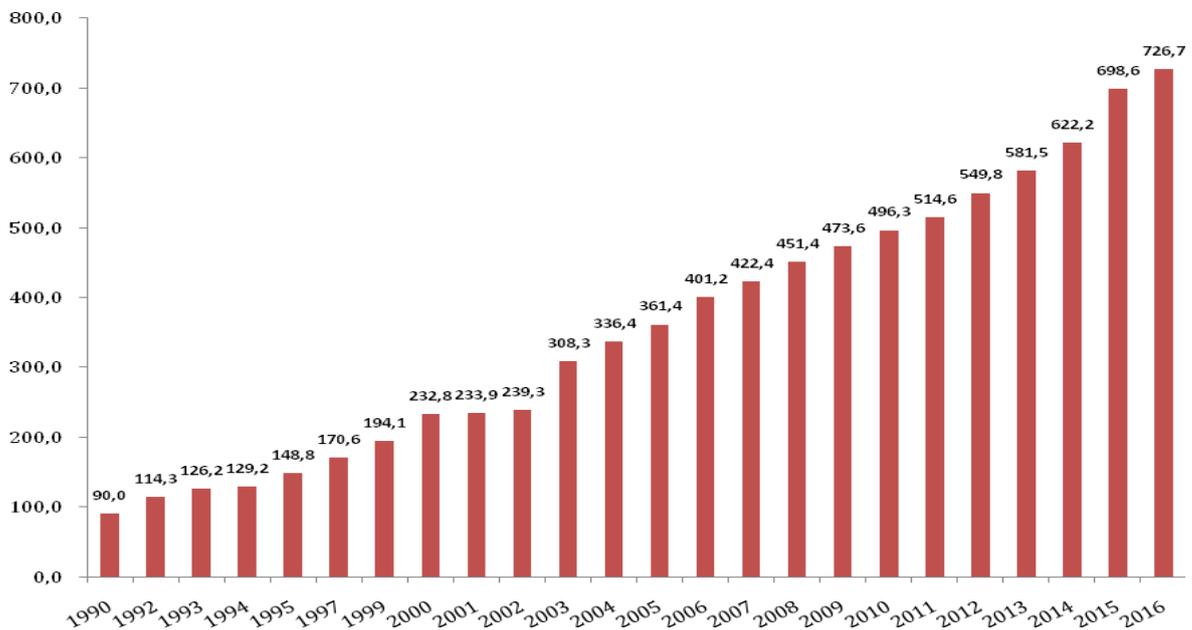
Nesta parte do trabalho serão expostos e analisados os principais dados relacionado ao sistema carcerário do Brasil e da Paraíba e, os indicadores de homicídios perpetrados na Paraíba entre o período de 2009 a 2014.

### 4.1 Analisando os dados prisionais do Brasil

Os indicadores prisionais no Brasil têm alcançado patamares jamais vistos nos últimos anos. De acordo com dados do INFOPEN em 2016 o Brasil alcançou uma marca histórica, ultrapassando mais de 700 mil pessoas privadas de liberdade, para ser mais preciso 726.712 mil pessoas encarceradas, isso coloca o Brasil como o terceiro país com o maior contingente de pessoas presas do mundo, ficando atrás apenas da China e dos Estados Unidos. Desde 1990 os indicadores vêm aumentando significativamente.

O gráfico 1, representa como se deu a evolução da população carcerária no Brasil de 1990 até junho de 2016.

**Gráfico 1 - Evolução da população carcerária do Brasil entre 1990 e 2016**



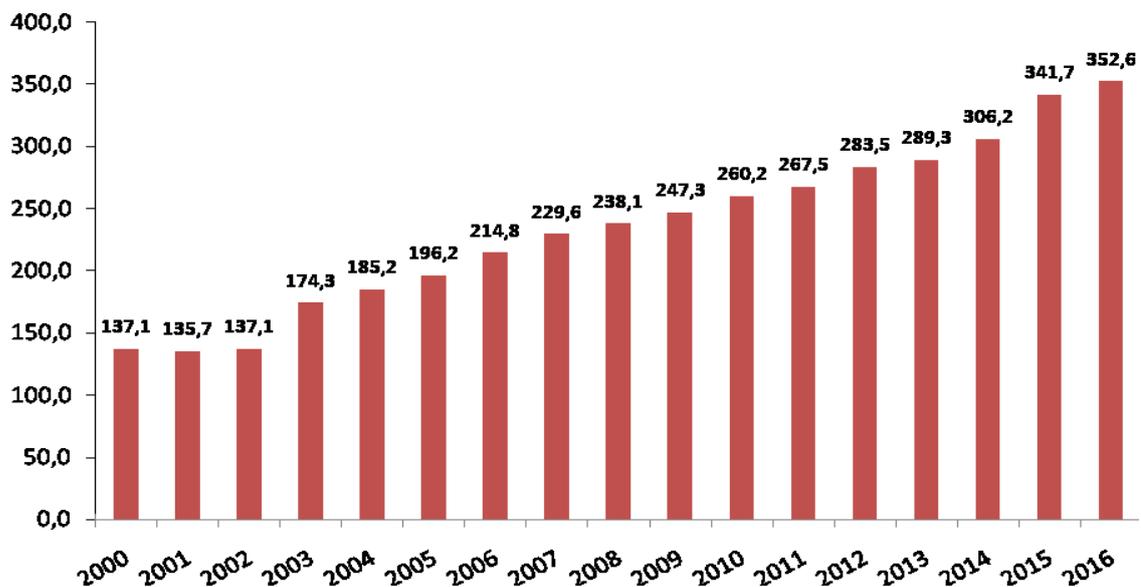
**Fonte:** Ministério da Justiça. A partir de 2005, dados do Infopen. Elaborado pelo autor (2019).

É possível perceber de acordo com os dados disponibilizados no gráfico 1, um crescimento significativo das pessoas privadas de liberdade nos últimos anos da série analisada, em valores percentuais esse crescimento é de cerca de 707% em relação ao registrado no início da década de 1990, um aumento da população prisional de 636.712 mil pessoas. Já entre o período de 2000 a 2016 teve um aumento percentual de 212%, ou seja, o

total de presos mais que triplicou no Brasil nesse espaço de tempo. Para os anos de 1996 e 1998 não há registros de dados e, com exceção do ano de 2002 e 2016 que é referente ao mês de junho onde foi produzido apenas um relatório referente ao primeiro semestre do ano, os demais anos são referentes ao mês de dezembro de cada ano.

O gráfico 2 disponibiliza as taxas de aprisionamento no Brasil entre 2000 e 2016, apresentando como se deu essa evolução nos últimos anos.

**Gráfico 2 - Evolução da taxa de aprisionamento no Brasil entre 2000 e 2016**



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen, dezembro de cada ano; DATASUS. Elaborado pelo autor (2019).

A partir dos dados disponibilizados, constata-se um crescimento nas taxas de aprisionamento de 157% entre 2000 e 2016, com um crescimento mais acentuado de 2014 a 2016. Em 2000 eram 137 pessoas presas para cada grupo de 100 mil habitantes, em 2016 esse número saltou para 352 pessoas presas para cada grupo de 100 mil habitantes, uma evolução de aproximadamente 14% ao ano.

É importante frisar que a população prisional total do Brasil é composta pela soma das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional estadual e nas carceragens das delegacias, incluindo aquelas custodiadas no sistema penitenciário federal. De acordo com dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN), em junho de 2016, existiam 689.510 mil pessoas no sistema prisional estadual, 36.765 mil custodiadas em carceragens de delegacias, que incluem os espaços de custódia administrados pelas secretarias de segurança pública e 437 pessoas presas no sistema penitenciário federal.

O quadro a seguir apresenta os principais dados do sistema prisional brasileiro por Unidade da Federação e Sistema Penitenciário Federal em junho de 2016, com dados compilados sobre indicadores importantes de cada estado no tocante ao sistema prisional, se atentando também para as diferenças demográficas dos mesmos.

**Quadro 1 - Dados do sistema prisional brasileiro por Unidade da Federação e Sistema Penitenciário Federal referente a junho de 2016**

UF	População prisional	Taxa de aprisionamento	Vagas no sistema prisional	Taxa de ocupação	Total de presos sem condenação	% de presos sem condenação
AC	5.364	656,8	3.143	170,7%	1.989	37,1%
AL	6.957	207,1	2.845	244,5%	2.588	37,2%
AM	11.390	284,6	2.354	483,9%	7.337	64,4%
AP	2.680	342,6	1.388	193,1%	628	23,4%
BA	15.294	100,1	6.831	223,9%	8.901	58,2%
CE	34.566	385,6	11.179	309,2%	22.741	65,8%
DF	15.194	510,3	7.229	210,2%	3.651	24,0%
ES	19.413	488,5	13.417	144,7%	8.210	42,3%
GO	16.917	252,6	7.150	236,6%	6.828	40,4%
MA	8.835	127,0	5.293	166,9%	5.177	58,6%
MG	68.354	325,5	36.556	187,0%	39.536	57,8%
MS	18.688	696,7	7.731	241,7%	6.058	32,4%
MT	10.362	313,5	6.369	162,7%	5.436	52,5%
PA	14.212	171,8	8.489	167,4%	6.860	48,3%
PB	11.377	284,5	5.241	217,1%	4.798	42,2%
PE	34.556	367,2	11.495	300,6%	17.560	50,8%
PI	4.032	125,6	2.363	170,6%	2.217	55,0%
PR	51.700	459,9	18.365	281,5%	14.699	28,4%
RJ	50.219	301,9	28.443	176,6%	20.141	40,1%
RN	8.809	253,5	4.265	206,5%	2.969	33,7%
RO	10.832	606,1	4.969	218,0%	1.879	17,3%
RR	2.339	454,9	1.198	195,2%	1.033	44,2%
RS	33.868	300,1	21.642	156,5%	12.777	37,7%
SC	21.472	310,7	13.870	154,8%	7.627	35,5%
SE	5.316	234,6	2.251	236,2%	3.461	65,1%
SP	240.061	536,5	131.159	183,0%	75.862	31,6%
TO	3.468	226,2	1.982	175,0%	1.368	39,4%
União	437	-	832	52,5%	119	27,2%
<b>Total</b>	<b>726.712</b>	<b>352,6</b>	<b>368.049</b>	<b>197,4%</b>	<b>292.450</b>	<b>40,2%</b>

**Fonte:** Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen, Junho/2016. Secretaria Nacional de Segurança Pública, Junho/2016; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, dezembro/2015; IBGE, 2016. Elaborado pelo autor (2019).

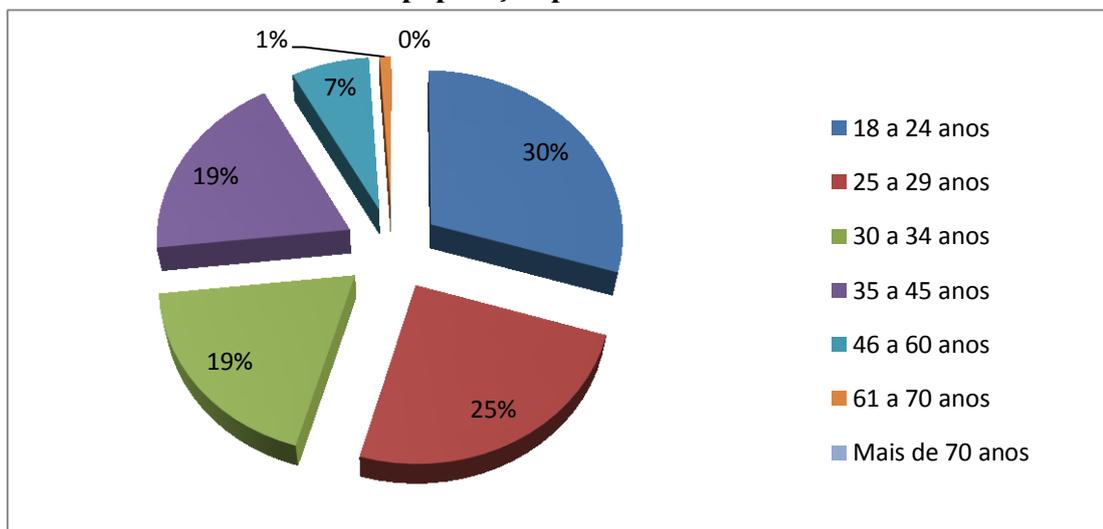
Observar-se que a população prisional do país varia consideravelmente entre as diferentes unidades da federação. O estado de São Paulo é o estado com o maior contingente de pessoas privadas de liberdade entre as unidades da federação, com 240.061 pessoas presas, representando 33,03% da população prisional do país. Em contrapartida, se concentra no estado de Roraima a menor população prisional do país, com 2.339 pessoas privadas de liberdade. Há também uma concentração maior de pessoas encarceradas nas regiões nordeste e sudeste do país. O estado do Mato Grosso do Sul, mitigados as diferenças demográficas de cada estado, é o estado com a maior taxa de aprisionamento do Brasil, com uma taxa de 696,7 pessoas presas para cada grupo de 100 mil habitantes. O estado de São Paulo apesar de

concentrar o maior contingente de encarcerados do Brasil, ocupa o quarto lugar quando comparado às medidas proporcionais do seu território, com uma taxa de 536,5. Os estados da Bahia, Piauí e Maranhão registram as menores taxas do Brasil no levantamento.

No que se refere às taxas de ocupação de alguns estados do sistema penitenciário brasileiro, observa-se taxas superiores a 300% dos estados do Amazonas, Ceará e Pernambuco, com destaque ainda maior para o Amazonas com uma taxa de ocupação superior a 483%, ou seja, para um espaço que é destinado a 10 pessoas, são aprisionados 48 indivíduos. Em suma, assim como o Brasil que possui uma taxa de ocupação de 197,4%, que equivale a cerca de duas pessoas custodiadas por vaga, todos os estados possuem taxa acima do que seria o ideal, apenas o sistema penitenciário federal tem uma taxa compatível ao espaço prisional com uma taxa de 52,5%.

Nota-se também no quadro 1, uma taxa de 40% da população prisional do país sem condenação, tendo os estados do Amazonas, Ceará e Sergipe taxas próximas ou superiores a 65%. Em contraste, os estados de Rondônia, Amapá, Distrito Federal e Piauí possuem taxas inferiores à média do país, com 30% da população prisional sem condenação. As taxas são o indicador importante como forma de equilibrar as diferenças sendo possível assim, fazer comparações mais plausíveis em relação ao sistema prisional brasileiro entre os estados.

**Gráfico 3 - Faixa etária da população prisional do Brasil em 2016**



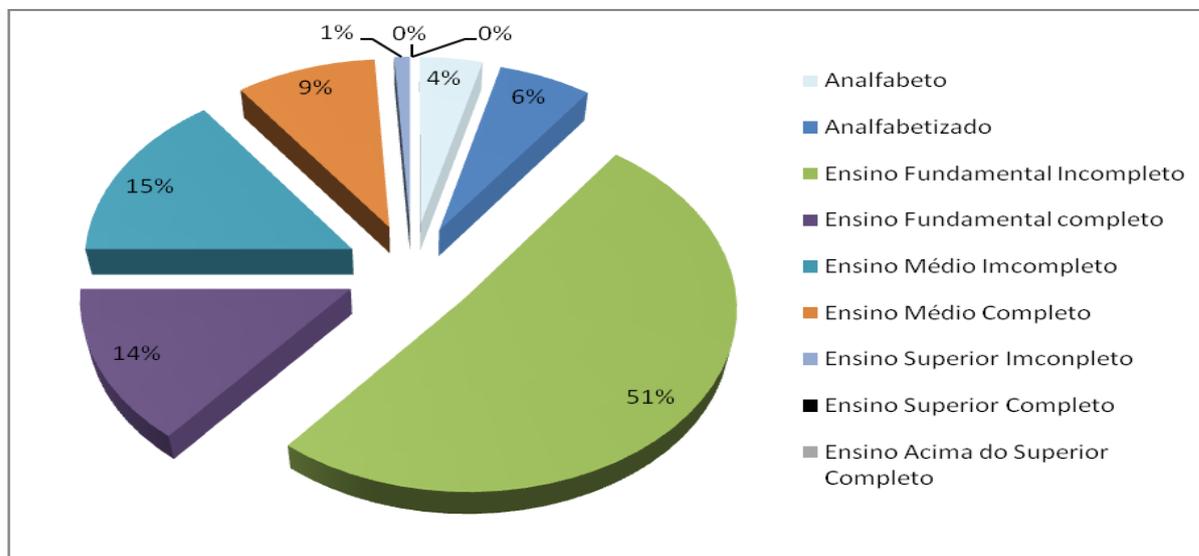
**Fonte:** Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen, Junho/2016. Elaborado pelo autor (2019).

O gráfico 3 apresenta o perfil das pessoas privadas de liberdade no Brasil por faixa etária em 2016, nota-se que grande parte das pessoas privadas de liberdade tem entre os 18 e 24 anos de idade o que representa 30% da população prisional, é possível perceber também que a maioria das pessoas privadas de liberdade é formada por jovens, se concentrando entre

os 18 aos 29 anos de idade, ou seja, 55% das pessoas privadas de liberdade do Brasil concentra-se em jovens. Verifica-se também que 19% da população prisional do Brasil constituídas por presos entre 30 e 34 anos de idade, representando a mesma quantidade para encarcerados entre 35 e 45 anos. O total de presos acima dos 61 anos de idade representava 8% do total de encarcerados no sistema prisional do Brasil em junho de 2016.

A população prisional do Brasil é formada por presos com um baixo nível de escolaridade, se concentrando no ensino fundamental incompleto, como pode verificado no gráfico 4.

**Gráfico 4 - Escolaridade da população prisional do Brasil em 2016**



**Fonte:** Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen, Junho/2016. Elaborado pelo autor (2019).

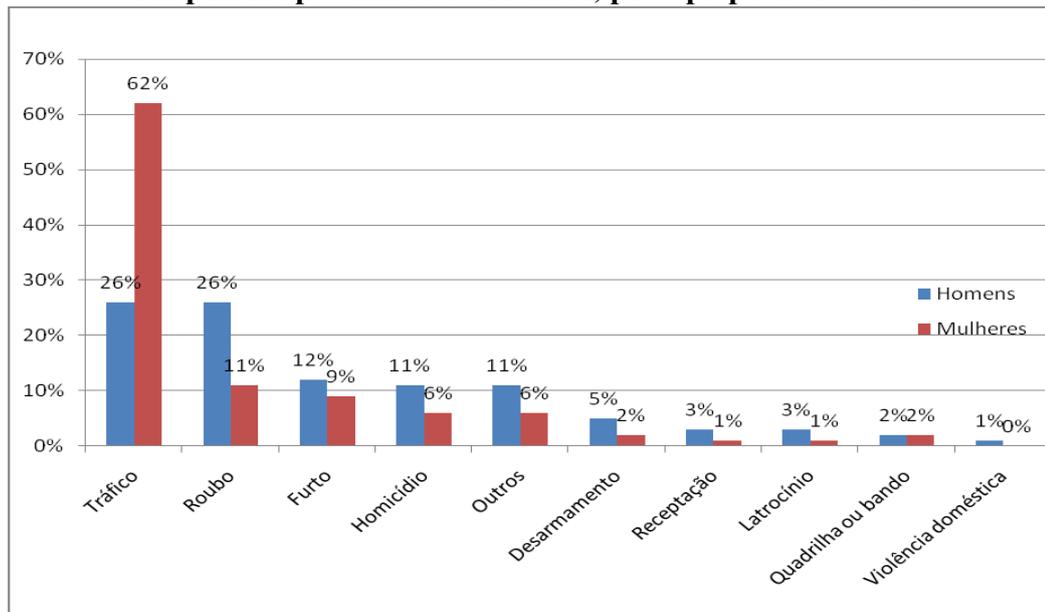
É possível perceber que 51% da população prisional do Brasil em junho de 2016 eram formada por presos com o ensino fundamental incompleto e apenas 14% tendo concluído esta fase. Das pessoas privadas de liberdade 9% concluíram o ensino médio completo, enquanto 15% não concluíram, com apenas 1% chegando a cursar o ensino superior e 0% o ensino superior completo ou acima do superior completo. É possível perceber que o número de encarcerados com um elevado nível de escolaridade é baixíssimo, o que evidencia o quão importante é a educação para a redução da criminalidade no Brasil.

No que se refere aos números de crimes tentados/consumados no Brasil, pelos quais as pessoas privadas de liberdade foram condenadas ou aguardam julgamento representam um total de 620.583 incidências penais, sendo 586.722 praticadas por homens e 33.861 por mulheres. A população prisional brasileira por tipo penal em junho 2016 era formada em sua maioria por crimes de roubo, furto, tráfico e homicídios. Os crimes de roubo e furto somavam

37%, os crimes referentes ao tráfico correspondiam a 28% e os crimes relacionados aos homicídios 11% segundo dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN) em 2016.

Ao compararmos os crimes tentados/consumados entre homens e mulheres, observa-se um destaque maior entre as mulheres para o tráfico de drogas, como indica o gráfico 5.

**Gráfico 5 - Distribuição por gênero dos crimes tentados/consumados entre os registros das pessoas privadas de liberdade, por tipo penal em 2016**



**Fonte:** Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen, Junho/2016. Elaborado pelo autor (2019).

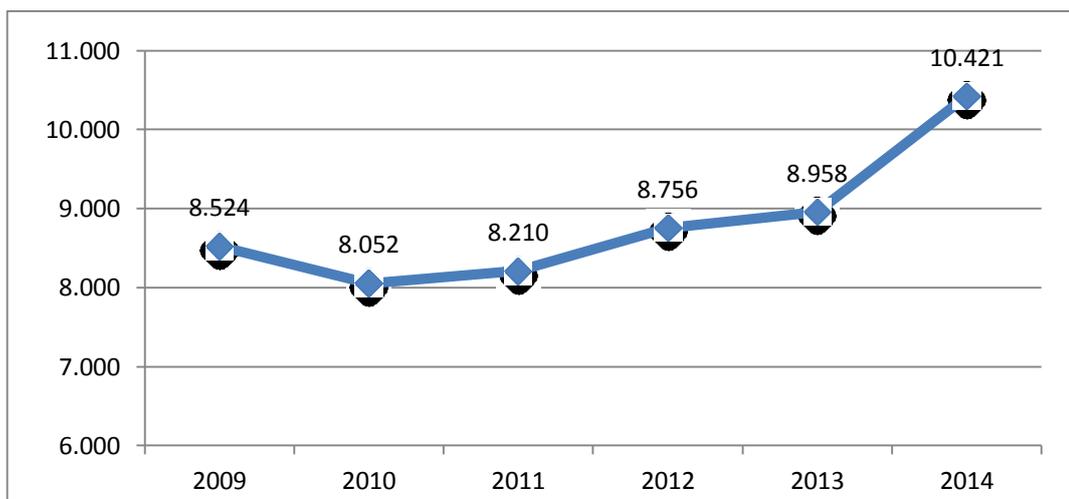
Entre os crimes praticados pela as mulheres 62% são relacionados ao tráfico, entre os homens esse número cai para 26%. Os números de roubos e furtos entre os homens somavam 38% dos crimes registrados, já entre as mulheres esse percentual era 20%. Os registros de homicídios representavam 11% e 6% entre os homens e as mulheres respectivamente em 2016. Os crimes referentes ao genocídio, crimes de tortura, crimes contra o meio ambiente e crimes relacionados ao estatuto da criança e do adolescente, definidos legislação específica, representavam 11% e 6% entre os homens e mulheres respectivamente na seção outros do gráfico 5. Os crimes relacionados ao desarmamento, latrocínio, quadrilha ou bando e violência doméstica foram os crimes menos praticados relativamente. Em suma, os indicadores demonstraram que os crimes de tráfico de drogas são mais praticados pela as mulheres, já entre os homens, 52% se concentram divididos entre trafico e roubo. Em síntese, a população prisional do Brasil é constituída por jovens, que em sua maioria possuem um baixo grau de escolaridade, sendo os crimes relacionados ao trafico, furto e roubo as causas registradas mais comuns.

A partir dos dados descritos verifica-se que o sistema prisional do Brasil concentra o grande número de encarcerados, tendo muitos estados com altas taxas de aprisionamento, sendo muitos dos estados com altas taxas de ocupação prisional. Constata-se também, uma população prisional jovem, sendo a maioria dos presos com um baixo nível de escolaridade, e entre os crimes praticados pode-se verificar que a maioria era referente aos crimes de tráfico e furto.

#### 4.1.2 Indicadores prisionais da Paraíba

Na Paraíba em especial, os dados prisionais também obtiveram uma evolução nos números de encarcerados considerável. Analisando os indicadores prisionais da Paraíba, nota-se uma redução no contingente prisional de 2009 a 2010, todavia, quando comparamos os períodos entre 2010 a 2014, constata-se um crescimento significativo, como pode ser verificado no gráfico a seguir.

**Gráfico 6 - Evolução da população prisional da Paraíba entre 2009 e 2014**



**Fonte:** Ministério da Justiça/Departamento Penitenciário Nacional – Depen; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Referência: dez./2014.  
Elaborado pelo autor (2019).

Nota-se que população prisional da Paraíba assim como a do Brasil, também aumentou seu contingente prisional. Entre 2009 e 2014 a Paraíba obteve um aumento de 1.827 pessoas privadas de liberdade, representando uma variação percentual de 22,25% no comparativo, como pode ser verificado no gráfico 6. É possível perceber que entre os anos de 2009 a 2012 não se teve uma aumento expressivo de pessoas privadas de liberdade na Paraíba, quando obteve um crescimento percentual de apenas 2,7%, já quando comparado os períodos entre 2012 e 2014, verifica-se um aumento percentual mais acentuado de 19%, um incremento de 1.665 na população prisional.

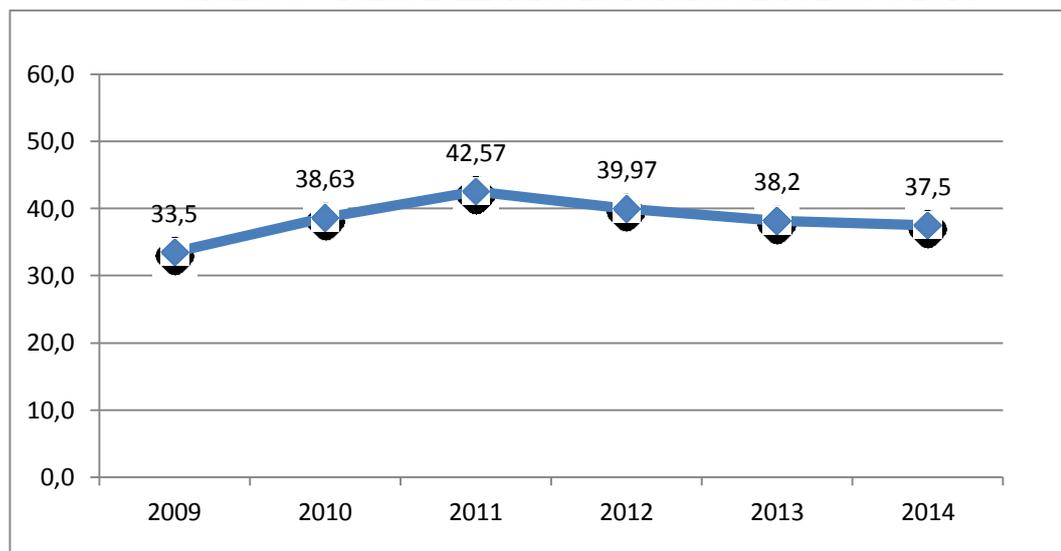
Os dados demonstram um aumento significativo em comparação a 2009. Entretanto, apesar de nesse período entre 2009/2014 ter aumentado o número de encarcerados, os indicadores de violência também obtiveram o crescimento preocupante no mesmo período.

#### 4.2 Indicadores de violência na Paraíba

A violência homicida se apresenta como um indicador geralmente utilizado por pesquisadores com o intuito de mensurar o grau de (in) segurança de uma sociedade. Em outras palavras, “a violência medida pelos homicídios é uma forma internacional de se avaliar o nível de segurança ou insegurança pública fornecida por determinada sociedade, por meio do Estado como monopólio da força”, (NÓBREGA JR, 2019, p.71-72). Desta forma, em uma região onde as taxas homicidas são superiores a 10 ou próximas a 30 por cada grupo de 100 mil habitantes, demonstra-se um grau de insegurança significativa em qualquer sociedade.

Neste contexto, a violência homicida na Paraíba assim como em muitos estados é um problema que apresenta um nível de segurança ainda a quem do esperado, em outras palavras, o nível de insegurança segundo os dados é superior a três vezes do que seria o tolerável. Entre 2009 e 2014 as taxas de homicídios por cem mil habitantes na Paraíba alcançaram patamares expressivos, conforme pode ser observado no gráfico a seguir.

**Gráfico 7 - Taxas homicídios na Paraíba entre 2009 e 2014**



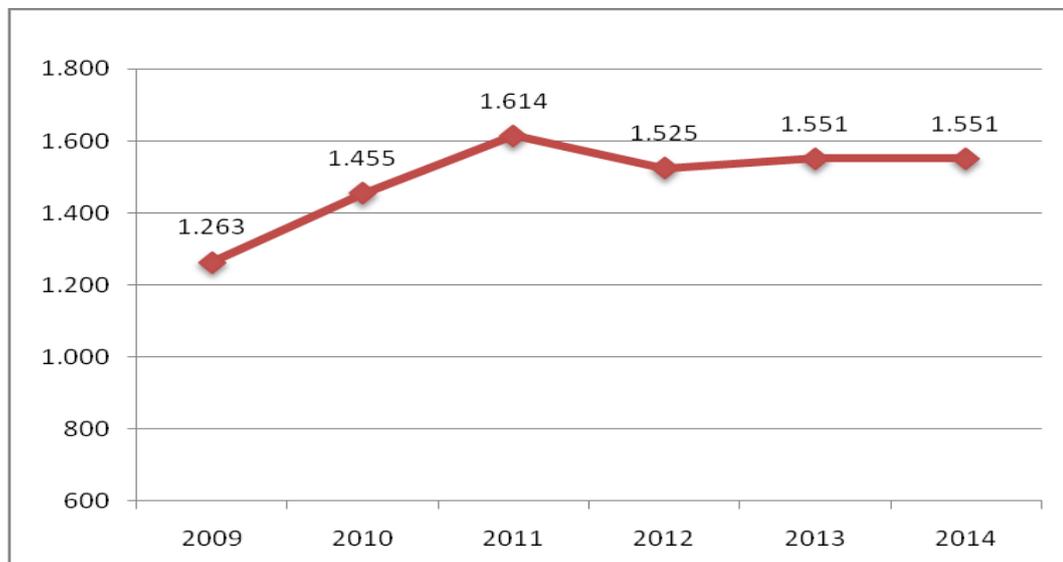
**Fonte:** Óbitos por Causas Externas - Brasil/Sistema de Informação de Mortalidade do DATASUS, Grande Grupo CID10: X85-Y09 Agressões. Elaborado pelo autor (2019).

Tomando como base a taxa de 10 mortes por agressão por cada grupo de cem mil habitantes definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) na sua Classificação Internacional de Doenças (CID) como tolerável, verifica-se que a Paraíba esta acima do limite

durante todo o período aqui analisado, com taxas três vezes superiores ao tolerável, sendo 2011 o ápice, com uma taxa quatro vezes superior ao tolerável. Demonstrando uma taxa alarmante. Percebe-se que a Paraíba apesar de ter apresentado tendência de queda a partir de 2011, ainda detinha taxas de quase quatro vezes superiores ao tolerável em 2014. Isso representa um aumento das taxas homicidas na Paraíba no comparativo 2009/2014, estatisticamente uma variação de cerca de 12% .

Neste sentido, o gráfico 8 apresenta os números de homicídios perpetrados na Paraíba entre 2009 a 2014 em números absolutos.

**Gráfico 8 - Números absolutos de homicídios na Paraíba entre 2009 e 2014**



**Fonte:** Óbitos por Causas Externas - Brasil/Sistema de Informação de Mortalidade do DATASUS, Grande Grupo CID10: X85-Y09 Agressões. Elaborado pelo autor (2019).

A partir dos dados expostos, constata-se um aumento de 288 homicídios no comparativo 2009/2014, representando uma variação percentual de cerca 23%. Observa-se um crescimento mais acentuado entre os anos de 2009 e 2011, quando os números de homicídios da Paraíba passaram de 1.263 para 1.614, ou seja, um aumento de 351 homicídios. A partir de 2012, os dados começaram a apresentar tendência de queda, porém em um patamar ainda acima do tolerável, definido pela OMS.

## **5 CORRELAÇÃO DOS HOMICÍDIOS COM AS PRISÕES TOTAIS NA PARAÍBA**

Com base nos dados apresentados no trabalho, buscaremos analisar qual a correlação dos homicídios (variável dependente) com as prisões totais (variável independente), analisando se as prisões na Paraíba têm correlação ou não com a redução (ou não redução) dos homicídios na Paraíba.

A correlação foi feita em séries temporais em suas matrizes de 2009 a 2014. A matriz da variável dependente dos números absolutos de homicídios foi correlacionada com a matriz da variável independente das prisões totais nos períodos de 2009 a 2014.

**Quadro 2 - Total de homicídios em números absolutos – Prisões Totais – Correlação dos homicídios com o número de prisões totais.**

UF	Ano	N. hom. abs.	Prisões Tot.	Correl hom x prisões
PARAÍBA	2009	1263	8524	0,231475728
	2010	1455	8052	
	2011	1614	8210	
	2012	1525	8756	
	2013	1551	8958	
	2014	1551	10421	

Fonte: Óbitos por Causas Externas - Brasil/Sistema de Informação de Mortalidade do DATASUS, Grande Grupo CID10: X85-Y09 Agressões. Ministério da Justiça/Departamento Penitenciário Nacional – Depen; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Referência: dez./2014. Formatação da tabela do autor.

A partir da correlação, verifica-se um baixo nível de relação entre as prisões totais e os homicídios na Paraíba. Seguindo o modelo de correlação de Pearson, a correlação entre os números de homicídios e as prisões totais foi de 0,231, indicando para uma correlação onde mais prisões, resulta em mais homicídios. Em outras palavras, mesmo com uma correlação relativamente baixa, o resultado positivo da correlação nos indica que a política “prisões” não está sendo bem-sucedida com relação à redução dos homicídios no estado.

Uma possível hipótese para uma baixa correlação entre homicídios e prisões, poderia ser atribuída a prisões desordenadas sem foco direcionado nos homicídios, ou seja, a prisão de ladrões de “galinhas” não produz resultados plausíveis no controle dos homicídios. Isso evidencia que é imprescindível uma política voltada para a redução dos crimes praticados contra a vida de maneira estratégica, assim como foi feita em Pernambuco de 2007 a 2013, para que possa impactar de forma significativa nos números da violência homicida.

## 6 CONCLUSÃO

Neste trabalho, procurou-se diagnosticar o sistema carcerário do Brasil e também os indicadores relacionados à violência em especial na Paraíba, tendo por propósito analisar qual

a correlação entre as prisões totais e os homicídios perpetrados na Paraíba entre os períodos de 2009 a 2014.

Utilizando o modelo de correlação de Pearson, verificou-se um baixo nível de relação entre as prisões totais e os homicídios na Paraíba. Seguindo o modelo de correlação de Pearson, a correlação entre os números de homicídios e as prisões totais foi de 0,231, indicando para uma correlação onde mais prisões, resulta em mais homicídios. Em outras palavras, mesmo com uma correlação relativamente baixa, o resultado positivo da correlação nos indica que a política “prisões” não está sendo bem-sucedida com relação à redução dos homicídios no estado.

O que podemos concluir neste trabalho é que nosso sistema de segurança é ineficiente e que prisões desordenadas sem foco direcionado nos homicídios não produz resultados plausíveis no controle dos homicídios. É imprescindível uma política voltada para a redução dos crimes praticados contra a vida de maneira estratégica, assim como foi feita em Pernambuco em 2007, para que possa impactar de forma significativa nos números da violência homicida.

A política pública bem planejada e executada para a área da segurança pública assim como implementado em Pernambuco, aparece como ferramenta indispensável para o controle dessa violência, embora que em um curto espaço de tempo. Não obstante, a manutenção da política também se torna extremamente importante.

Para o contexto da segurança pública a análise de tal fenômeno como a violência se faz imprescindível a utilização de outras ferramentas e variáveis para compreender o que de fato acontece na região, que apesar de apresentar um aumento no número de prisões não conseguiu reduzir os números de homicídios quando comparado a outros estados.

Em suma, é válido ressaltar que esse é um modelo que mede a correlação/relação entre duas variáveis e não um teste de causalidade. Contudo, mesmo o modelo não sendo uma ferramenta para teste de causalidade, sua correlação pode influenciar o pesquisador a analisar fenômenos tal como aqui estudado, por meio de outros modelos e utilizando outras variáveis.

## REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Sérgio de. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. Dos (et. al.). **Políticas públicas e gestão local**: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003.
- CARVALHO, Vilobaldo Adelídio de; SILVA, Maria do Rosário de Fátima e. Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios. *Revista katálysis*, v.14, n.1, p. 61. 2011.
- CERQUEIRA, Daniel; LOBÃO, Waldir. Determinantes da Criminalidade: Arcabouços Teóricos e Resultados Empíricos. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 47, n. 2, p. 233-269. 2004.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. 12 edição. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2018.
- KHAN, Túlio; ZANETIC, André. **O papel dos municípios na segurança pública**. Subsídios para Construção de um Novo Fazer Segurança Pública, ano 1, n. 1, 2009. Coleção Segurança com Cidadania.
- LAKATOS, Maria Eva; MARCONI, Maria de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1992.
- NÓBREGA JR, José Maria .**Segurança Pública e Democracia**: o uso das Forças Armadas nas operações do Rio de Janeiro em 2010. *Em Debate*, Belo Horizonte, v.3, n.1, p. 16-22, jan. 2011. 2011 a.
- NÓBREGA JR, José Maria P. **Os Homicídios no Brasil, no Nordeste e em Pernambuco**: dinâmica, relações de causalidade e políticas públicas. Tese de Doutorado. 271 f. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política Universidade Federal de Pernambuco. Brasil. 2010.
- NÓBREGA JR, José Maria. **Democracia, Violência e Segurança Pública no Brasil** [Livro eletrônico] / José Maria Pereira da Nóbrega Júnior. - Campina Grande: EDUFPG, 2019.
- SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2011.
- SOUZA, Celina. **Políticas Públicas**: Uma revisão da literatura. In Sociologias, nº 16, Porto Alegre, 2006.
- TEIXEIRA, E. C. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **Revista AATR**, Salvador, 2002. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a\\_pdf/03\\_aatr\\_pp\\_papel.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf)>. Acesso em: 23 jun. 2019.